

Superior Tribunal de Justiça

PExt no HABEAS CORPUS Nº 531.379 - SP (2019/0264572-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : FELIPE ZANETTI RODRIGUES
ADVOGADO : ALMIR FERREIRA DA CRUZ - SP104645
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JOAO GABRIEL ALVES BARRETO FERREIRA
ADVOGADO : MARCOS ALEXANDRE BOCCHINI - SP163641

DECISÃO

FELIPE ZANETTI RODRIGUES requer a **extensão dos efeitos** da decisão de fls. 125-128, por meio da qual concedi a ordem, para estabelecer o regime aberto ao paciente.

O pleito merece prosperar.

O ora requerente é corréu do paciente João Gabriel e teve a pena dosada e o regime fechado nos mesmos termos pelo Juízo de primeiro grau.

Depreende-se dos autos que eles foram condenados a **3 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, no regime fechado**, mais multa, pela prática de **roubo majorado tentado**.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva, a fim de manter a sentença em todos os seus termos.

Decido.

Conforme salientado na decisão anteriormente proferida, o Juízo de primeira instância fixou o regime inicial fechado, pois "**o roubo é crime grave, a alarmar a sociedade e a lazer com que a cidade de São Paulo figure entre as mais inseguras do mundo**". Não obstante a primariedade dos acusados, **o delito foi praticado em concurso de agentes, por três indivíduos, com ameaça e violência contra a vítima**, o que determina a fixação de regime mais rigoroso. Ademais, o uso da ameaça foi excessivo e desnecessário, não sendo suficiente a fixação de regime intermediário (fl. 24, destaquei).

Superior Tribunal de Justiça

A Corte local confirmou o regime mais gravoso, haja vista a "violência contra a vítima, que foi derrubada no chão" (fl. 98).

Diante da fundamentação oferecida pelas instâncias antecedentes, **também em relação ao ora requeute**, verifico que **não apontaram nenhum elemento dos autos** (como o *modus operandi* e a indicação de número excessivo de agentes, por exemplo) que, efetivamente, comprovasse a **real exigência de fixação do modo inicialmente mais gravoso para o réu**. Da leitura da denúncia e da sentença, observo que se tratou de **roubo impróprio de chocolates, por dois agentes, em estabelecimento comercial, onde uma das funcionárias foi apenas empurrada ao tentar impedir a subtração** (fls. 57-58), o que, a meu ver, **não configura violência excessiva**. Não houve emprego de nenhum tipo de arma e nem número desmedido de agentes.

Nesse sentido, entendo que os elementos apresentados não se revestem da devida idoneidade para sustentar o estabelecimento da modalidade mais gravosa de cumprimento da reprimenda da que a permitida em razão da sanção aplicada.

Esse, aliás, é o entendimento consolidado nas Súmulas n. 440 do STJ, 718 e 719 do STF.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado desta Corte de Justiça:

[...]

8. O Tribunal local não apontou nenhum elemento dos autos (como o *modus operandi*, por exemplo) que, efetivamente, comprovasse a real exigência de fixação do modo inicialmente mais gravoso.

9. O paciente, primário, sem registro de circunstância judicial desfavorável e condenado a 6 anos e 10 meses de reclusão, deve cumprir a pena em regime inicial semiaberto, a teor do art. 33, § 2º, "b", e § 3º, do CP.

10. Ordem não conhecida. Habeas corpus concedido, de ofício, para, na terceira fase da dosimetria do crime de quadrilha ou bando (atual delito de associação criminosa), reduzir à metade o aumento de pena procedido em razão da majorante do parágrafo único do art. 288 do Código Penal, nos termos da Lei n. 12.850/2013, tornando a reprimenda do paciente definitivamente estabelecida em 6 anos e 10 meses de reclusão, a ser cumprida em regime semiaberto.

Superior Tribunal de Justiça

(HC n. 217.000/BA, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 29/8/2016)

Dessa forma, o **acusado primário**, sem registro de circunstância judicial desfavorável e condenado a **3 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão** deve iniciar o cumprimento da reprimenda em regime **aberto**, a teor do art. 33, § 2º, "c", e § 3º, do CP.

À vista do exposto, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, estendo os efeitos da decisão ao corréu **Felipe Zanetti Rodrigues**, a fim de **fixar-lhe o regime aberto**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**